

MT pretende se tornar o primeiro estado 'carbono neutro' até 2035



Gilberto Leite

Mato Grosso deu o primeiro passo para atingir o objetivo de neutralizar as emissões de carbono, conforme estabelecido na mais recente Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU). O programa Carbono Neutro MT lançou as diretrizes para alcançar um equilíbrio entre emissões e remoções de gases do efeito estufa, por meio de 12 medidas. O governo aderiu à campanha "Race to Zero" (Corrida para o Zero), das Nações Unidas, mas resolveu antecipar a meta mundial. Enquanto a ONU estabeleceu a neutralização das emissões de carbono até 2050, o governador Mauro Mendes (DEM) acredita que conseguirá cumprir até 2035. Segundo Mauro, isso é possível porque grande parte das medidas neutralizadoras de carbono já estão sendo efetuadas

PÁG. 7

MT 'ganha' maior usina de etanol de milho do Brasil

Guilherme Martimon /MAPA



Um dos maiores produtores de commodities agrícolas do mundo, o município de Sorriso se tornou o centro das atenções dos políticos mato-grossenses quando ocorreu a inauguração da maior usina de etanol de milho do Brasil. O evento contou com a presença do governador em exercício Otaviano Pivetta (PDT), da ministra da Agricultura Tereza Cristina, além de vários gestores da região. "É um prazer enorme visitar Mato Grosso, ver a pujança, a vanguarda de vocês. Essa fábrica é um modelo do que nós precisamos de agregação de valor, mostrando que o milho, que antigamente era um produto de baixíssimo valor, hoje é um produto que tem mercado firme, não só para alimentação, mas para esse combustível limpo", disse a ministra

PÁG. 3

Equipes de futebol de Mato Grosso terão patrocínio estatal

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou o projeto "Mato Grosso Série A", que visa fomentar clubes de futebol que estejam competindo a Série A e B do Campeonato Brasileiro. Apenas o deputado Lúdio Cabral (PT) votou contra a aprovação da matéria. Proposto pelo Poder Executivo, o projeto tem como finalidade incentivar a profissionalização de equipes de futebol, além de promover meios para que as equipes se mantenham em meio à 'elite' do futebol brasileiro. Para isso, serão destinados R\$ 4,5 milhões aos clubes, ficando a maior parcela para o Cuiabá

PÁG. 5

Mato Grosso construirá 20 mil casas populares

Está em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso uma mensagem do governo do Estado para criar o programa Ser Família Habitação, com o objetivo de fomentar a construção e a aquisição de unidades habitacionais de imóveis urbanos, principalmente para famílias de baixa renda. O Estado pretende disponibilizar cerca de 20 mil unidades habitacionais, número que pode chegar a 40 mil casas

PÁG. 5

Cuiabá zera restrições para vida noturna

Diante da queda no número de novos casos e óbitos por covid-19, a Prefeitura de Cuiabá acabou com as restrições de dias e horários para diversas atividades econômicas como bares, distribuidoras de bebidas, supermercados e conveniências localizadas em postos de combustíveis. Os setores de eventos sociais, empresariais e corporativos, leilões, cinemas, museus e teatros também entraram no pacote de flexibilização

PÁG. 6

Gilberto Leite



Consumidor pretende gastar

Em novembro, os consumidores brasileiros pretendem fazer boas compras, de olhos nas promoções da já tradicional Black Friday, no dia 26. Na data com maiores descontos no ano, cerca de 91% dos brasileiros disseram ter intenção de realizar alguma compra, alimentando as esperanças de faturamento do comércio. Com essa movimentação, os empresários já começam a planejar para garantir as melhores condições aos clientes. Especialistas apontam 'pontos-chave' para garantir que o período de promoções traga melhores resultados aos comerciantes

PÁG. 8

Gilberto Leite



EDITORIAL

A dor invisível

A crise alimentar global acelerou ainda mais com a pandemia e o aprofundamento das desigualdades nesse período. O número de pessoas sem possibilidade de comprar alimentos era de 135 milhões em 2019 e cálculos preliminares apontam que dobrou durante o ano de 2020, chegando a 270 milhões de indivíduos. Retrato disso é o ressurgimento das ‘panelas comunitárias’, símbolo da extrema pobreza que se tornou comum no Chile e no Peru. Famílias inteiras se põem na fila à espera de uma porção de frango com arroz, preparada por voluntários.

Paradoxalmente, temos quebrado recorde atrás de recorde de produção de alimentos, sobretudo aqui no Brasil, onde mais de 10 milhões de pessoas (quase 5% da população brasileira) não têm o que comer. Estima-se que pelo menos 84,9 milhões de pessoas enfrentaram algum grau de insegurança alimentar durante o ano da pandemia, número que tende a aumentar com o fim do auxílio emergencial e o avanço do desemprego.

Desde 2017 têm soado alertas de que a soma das desigualdades brasileiras com o crescimento do desemprego e os cortes de programas sociais

iriam resultar em um avanço significativo da fome e da miséria no Brasil. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam essa suspeita. O auxílio emergencial deu uma trégua para os mais pobres, mas não foi suficiente para reverter essa situação, já que o desemprego avançou significativamente na esteira das restrições impostas pela pandemia – restrições necessárias para conter o vírus, diga-se de passagem, mas que cobram seu preço, como todo tipo de guerra.

O cenário de 2021 merece uma atenção especial devido às especificidades do momento. A pandemia trouxe uma turbulência geral às economias e fez disparar os pre-

ços dos alimentos e de outras commodities essenciais para a produção agropecuária. Exemplo disso é o boi, que bateu recorde histórico recentemente, com a arroba cotada a R\$ 300, restringindo o acesso da população menos abastada a essa fonte de proteína. Os preços de cereais básicos como soja, milho, trigo e arroz também dispararam nos últimos tempos, apesar das produções recordes.

Diante de um cenário tão complexo como este, somente a união social é que pode reverter essa crise. Precisamos compreender que a extrema pobreza é o ponto de partida para a fome e, por isso, seu enfrentamento deve ser feito em frentes múltiplas. Além da parcela que cabe aos governos,

a quem cabe a difícil tarefa de equalizar as desigualdades sociais e garantir renda à população mais pobre, é preciso que a sociedade civil se mobilize para que esses direitos se tornem permanentes.

Tivemos várias experiências bem-sucedidas de combate à fome no Brasil, que mostram claramente que podemos superar essa questão com união e bom senso.

A luta contra a poliomielite

Wiston Chaves (*)

Peço licença aos meus leitores para hoje falar de um assunto diferente do habitual. Quero falar sobre a batalha travada no combate de uma doença terrível e que assolou por muitos anos as nossas crianças, falo da Poliomielite, popularmente conhecida como paralisia infantil.

Essa batalha foi encampada pelo Rotary Club Internacional e resultou na erradicação oficial da doença nas Américas em 1994. Para conhecimento, o Rotary é uma instituição sem fins lucrativos que visa ajudar quem necessita e tem o lema: “dar de si antes de pensar em si”.

A instituição foi fundada em 1905 pelo advogado Paul Harris, em Chicago, nos Estados Unidos. Ouso dizer que sequer o fundador tinha noção de quão grande se tornaria o projeto iniciado por ele e, ainda, à proporção que atingiria no objetivo de servir.

Então, vamos contar a história do combate à poliomielite.

A guerra começou em 1979 nas Filipinas com a campanha End Pólio Now (Fim da Pólio Agora), quando o Rotary decidiu

comprar e distribuir vacinas. Na primeira etapa, foram 6 milhões de doses. Um trabalho que dali em diante não parou.

Associados do Rotary mundo afora doaram o equivalente a US\$ 2,1 bi e incontáveis horas para proteger cerca de 3 bilhões de crianças em 122 países. Em sensibilização ao trabalho dos envolvidos, entidades governamentais destinaram o equivalente a US\$ 10 bilhões (dólares) em favor da causa.

Em 1985, o Rotary lança a Pólio Plus, primeiro esforço coordenado do setor privado em apoio à saúde pública para arrecadar US\$ 120 milhões de dólares. Esforços que tiveram um resultado oficial em 1994, quando a Comissão Internacional para certificação da poliomielite anunciou a erradicação da doença nas Américas.

No ano seguinte, os agentes de saúde e voluntários imunizaram 165 milhões de crianças na China e na Índia em uma semana. Nos anos 2000, 1/10 da população mundial recebiam a vacina contra pólio. Nesse ano, o Pacífico Ocidental - Austrália, China – foi declarado livre da doença.

Apesar da evolução da imunização naquele ano, a paralisia ainda continuou

em seis países: Afeganistão, Egito, Índia, Níger, Nigéria e Paquistão. Por este motivo, as ações do Rotary se mantiveram constantes. Em 2009, a contribuição do Rotary à erradicação da pólio atingiu US\$800 milhões.

Em janeiro daquele ano, a Fundação Bill e Melinda Gates doaram US\$355 milhões à causa e desafiarão o Rotary a arrecadar US\$200 milhões. Isto viria a resultar na arrecadação total de US\$555 milhões à Iniciativa Global de Erradicação da Pólio. Em 2014, a OMS certificou o Sudeste Asiático como livre da Pólio, o que representou uma redução de 99% dos casos de paralisia desde 1988.

Diante disso, merece destaque as pessoas que não mediram esforços para estarem junto com Rotary, entre elas, agentes de saúde, pessoas que nada tinham a ver com qualquer entidade e se propuseram a estar com Rotary nesta batalha. Essas pessoas, andaram em lombo de burro, camelo, subiram montanhas, atravessaram rios e lagos e até mesmo entraram em zona de guerra em prol de uma causa.

Por isso que neste sábado (30), faremos vários Pits Stops na cidade de

Rondonópolis para lembrar essa batalha que erradicou essa maldita doença.

Vacina é obrigação de cada cidadão no que tange a suas crianças Artigo 227 da nossa Constituição Federal.

“É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Veja, pai, és obrigado a cuidar do seu filho inclusive vaciná-lo sob pena de responder criminalmente, além de ser ato de amor.

* WISTON C.G. CHAVES é especialista em Direito Tributário – OAB 22656/O –, titular da Wiston Chaves Sociedade Individual de Advocacia – OAB/MT-1404 e integrante do Rotary Club de Rondonópolis.



Inflação e crescimento

Vivaldo Lopes (*)

O cenário macroeconômico para 2022, que já não era dos melhores, deteriorou consideravelmente nas últimas semanas. O país respirou ares de otimismo com a atividade econômica retornando à normalidade com a progressiva flexibilização das medidas de restrições sanitárias, pelos governos e administrações municipais, em razão do avanço da vacinação. As expectativas sofreram duro golpe com a aceleração da inflação e com a decisão do governo de abandonar a âncora fiscal do limite de gastos, estabelecida em emenda à constituição em 2016 e anúncio de verdadeiro calote no pagamento de precatórios, dívidas da administração federal, decididas pelo judiciário em última instância. Tudo isso para ampliar gastos em R\$ 95 bilhões ao longo do exercício fiscal de 2022, segundo cálculos da Instituição Independente do Senado Federal. O principal argumento do governo federal para decisões fiscais tão drásticas foi aumentar o benefício do Bolsa Família

para R\$ 400,00 e “...ajudar os pobres e mais afetados socialmente pela pandemia”. O novo programa se chamará Auxílio Brasil e atenderá 18 milhões de pessoas, entre elas os caminhoneiros autônomos, como forma de compensar a categoria pelas constantes altas dos preços do óleo diesel.

A pandemia desestruturou as cadeias produtivas e de logística internacionais, ajudando a acelerar a inflação em todas as economias desenvolvidas e nos países emergentes. No Brasil, esse efeito foi ainda mais impulsionado pelas falhas de política econômica e pelas incertezas políticas domésticas. Para combater a alta generalizada de preços, o Banco Central anunciou ontem (27), a elevação da taxa básica de juros (Selic) de 6,25% para 7,75%. A medida encarece o crédito, reduz o consumo e impacta negativamente o crescimento do PIB no próximo ano. O próprio Banco Central divulgou em sua ata da reunião que trabalha com o cenário de inflação de 9,5% em 2021. Daí a necessidade de aumentar a Selic para trazer a inflação para próximo de 5% em 2022. Os

fatores que continuam contribuindo para a persistência da inflação são a crise hídrica, que encarece as tarifas de energia elétrica, altas constantes dos combustíveis, gás e dos alimentos.

O abandono da âncora fiscal segundo a qual a administração federal somente poderia gastar no ano seguinte o mesmo do ano anterior corrigido pela inflação, sinaliza aos atores econômicos, investidores e empreendedores que o governo poderá, em futuro próximo, perder o controle dos seus gastos, levando ao desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, aumentar a dívida pública. Essa percepção de afastamento da responsabilidade fiscal mina a recuperação econômica e aparece sob a forma de queda das operações na Bolsa de Valores e pressão sobre a taxa de câmbio, elevando a cotação do dólar frente ao real.

O cenário internacional também se mostra desafiador. Além da aceleração da inflação, quebra de cadeias de suprimentos, falta de componentes importantes para a produção industrial e gargalos nos sis-

temas logísticos, nas últimas semanas, as principais economias do bloco europeu, Estados Unidos e países asiáticos estão sendo obrigados a reativar medidas restritivas em razão do aumento de contaminações e mortes pela covid-19 em seus territórios, o que pode retardar a retomada do crescimento.

As estimativas de crescimento da economia brasileira para 2022, feitas por 100 instituições financeiras, consultorias e casas de análises econômicas, estavam em 1,5% alguns meses atrás, foram revistas para 0,5% nas últimas semanas, diante dos cenários doméstico e internacional.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA - Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP e escreve exclusivamente neste espaço à quintas-feiras. E-mail: vivaldo@uol.com.br.



Onde está o mau político?

João Edisom de Souza (*)

As pessoas comentam sobre política e políticos comigo o tempo todo. Por querer entender alguma coisa ou, na maioria das vezes simplesmente para emitirem opiniões sobre fatos e acontecimentos para ver se concordo ou não.

Acontece que dentro da pandemia sobra tempo para reflexões mais profundas sobre o que se ouve principalmente quando é desabafo ou expressões de raiva, somado

ao fato que o próprio presidente da República em exercício tem potencializado os ataques àqueles que exerceram ou exercem cargo público e hoje não comungam da idolatria do poder populista cristalizado na verborragia cotidiana do insano exercício de criar factoides para esconder a realidade vigente.

Nos debates de bar, de família ou desabafos corriqueiros, temos ouvido manifestações com duras palavras e o ódio contra tudo e contra todos os políticos, sem critério de aná-

lise e sem base comparativa, fundamentado apenas em suspeitas de whatsapp.

Isso me levou a pensar se esses acusadores dos mal feitos dos outros aguentariam dez minutos de auditoria em suas vidas, mesmo nunca tendo ocupado cargo público.

A conclusão é que a grande maioria não precisava de cinco minutos; muitos não aguentariam uma glogada sequer.

E neste momento se colocam com sendo os bastiões da honra e da sensatez com a coisa pública. Por que isso?

Primeiro que não podemos desconsiderar que somos todos seres políticos. Todas as nossas ações são políticas. Ser e agir politicamente não se restringe ao voto ou a participar de estruturas partidárias e governamentais. Precisamos recorrer as ciências do comportamento para entender este ódio aos iguais (gente corrupta criticando político corrupto).

Ao criticar e acusar os políticos, o brasileiro (orgulhoso do seu jeitinho costumeiro) em geral faz uma transferência de suas próprias culpas e erros cotidianos. Com isto se sente menos criminoso e menos vulgar perante o próprio espelho.

Afinal, os políticos, por serem pessoas conhecidas de todos e que para não perderem a simpatia também não se defendem publicamente nem das mentiras que lhes são imputadas, podem, em nome dos demais erros, absolverem a culpa inclusive de seus acusadores. Uma espécie de perdão coletivo dos nossos pecados do dia a dia.

Político de carreira erra, comete crimes e abusos, mas proporcionalmente aos atos sociais. Afinal, é lá no seio da sociedade, com

seus familiares, amigos e admiradores que ele formou seu caráter. O político representante é o espelho de nossa face desejada.

Sim, estamos falando de uma sociedade que desejaria serem os Calheiros, os Azizes, as Dilmãs, os Lulas, os Aécios, os Jeffersons, os Dirceus, os Temers, os Dorias, os Pallocis, os Flavios/Eduardos/Carlos, os Randolfes, os Cunhas... Embora a estes emanem todo seu ódio. Todos os odiados e também os não citados aqui têm seguidores apaixonados por eles.

Até porque não há diferença entre o ódio e o amor, só uma questão de forma de manifestação; um por admiração ao outro ou por desejo enrustido ou inveja.

O ódio ao outro não deixa de ser o desejo de incorporação das benesses de outrem a si mesmo. Parte significativa da sociedade brasileira está doente politicamente porque não suporta conviver com sua própria imagem refletida nos poderes constituídos do país.

Um Brasil melhor se faz com brasileiros melhores, políticos são conseqüências e não causas. E isso se constrói fora da idolatria, fora do ódio, fora das Fake News.

Se constrói com mais empatia e menos intolerância, mais engajamento e menos exclusão, mais trabalho e menos boçalidade. Afinal onde está o mau político? No exercício cotidiano da cidadania ou somente nos eleitos?

JOÃO EDISOM é analista político.



Jornal
O IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpresomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

VIAGEM À DINAMARCA

Em evento com investidores, Mauro apresenta potenciais de Mato Grosso e resalta capacidade de dobrar produção sem desmatar novas áreas

“Seguimos no caminho sustentável”

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Gabriel Soares

Em visita à Dinamarca o governador Mauro Mendes (DEM) tentou tranquilizar possíveis investidores durante conferência na Câmara de Comércio do país. Em meio à discussão sobre a contribuição brasileira para garantir o abastecimento alimentar mundial, Mauro ressaltou que Mato Grosso é um exemplo de que é possível aumentar a produção de alimentos sem desmatar novas áreas.

“Mato Grosso é um Estado com grandes ativos ambientais e que tem uma agricultura que poucos lugares do planeta têm. Não tenho dúvida nenhuma em afirmar que somos

a região do planeta que mais produz alimento e respeita o meio ambiente”, disse o governador, ressaltando que o estado preserva cerca de 62% de mata nativa em seu território.

O governador está em viagem à Europa para participar da Conferência do Clima - COP-26, da Organização das Nações Unidas (ONU). O encontro será realizado em Glasgow, na Escócia, a partir do próximo domingo (31). Até lá, Mauro irá cumprir agendas na Dinamarca, em busca de investimentos.

Na Câmara de Comércio da Dinamarca, Mauro ressaltou que o Estado investiu mais de R\$ 73 milhões no combate ao desmatamento ilegal somente em 2021, o que a redução de até 20% da área desmatada no último ano. Afirmou ainda que os focos de calor em Mato Grosso diminuíram 54% este ano devido à política de tolerância zero contra os crimes ambientais.

“Mato Grosso investiu em tecnologia com a



Em discurso a investidores, Mauro resalta que Mato Grosso tem reduzido desmatamento e queimadas ilegais

contratação de um sistema de monitoramento em tempo real, 24 horas por dia, que detecta qualquer crime ambiental e emite alertas. Nosso foco é tolerância zero contra os crimes ambientais”, disse.

Mauro também mostrou aos investidores que há possibilidade de dobrar a produção de alimentos em Mato Grosso

sem desmatar novas áreas, investindo na conversão de áreas de pastagem - algumas já degradadas - em lavouras.

“Temos potencial, temos maturidade e estamos preparados para continuar no caminho da conservação e produção sustentável”, ressaltou.

O discurso feito na Câmara de Comér-

cio é um esboço do que o governador pretende apresentar durante a COP-26, quando estarão reunidos os líderes das maiores economias do planeta para debater as metas de desenvolvimento sustentável e de combate à emergência climática.

Em Glasgow, Mauro também deve apresentar o programa Carbono

Neutro MT, que prevê uma meta mais arrojada para a neutralização das emissões de carbono no estado do que o consenso mundial. Enquanto a meta mundial prevê zerrar emissões até 2050, Mato Grosso se propôs a atingir esse objetivo até 2035.

*Com informações da assessoria

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

“É um modelo do que precisamos”, diz ministra

Da redação

O município de Sorriso, um dos maiores produtores de commodities agrícolas do mundo, se tornou o centro das atenções dos políticos mato-grossenses quando ocorreu a inauguração da maior usina de etanol de milho do Brasil. O evento contou com a presença do governador em exercício Otaviano Pivetta (PDT), da ministra da Agricultura Tereza Cristina, além do prefeito de

Sorriso Ali Lafin (PSDB) e vários outros gestores da região.

Esta é a segunda usina da empresa FS em Mato Grosso e deve gerar cerca de 3 mil empregos de forma direta e indireta.

De acordo com Pivetta, a empresa já gera anualmente cerca de R\$ 500 milhões em Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o governo do Estado e, com a nova unidade, passará a contribuir com mais R\$ 200 milhões.

“A FS contribui já com quase meio bilhão por ano. Essa indústria que está começando a funcionar aqui vai gerar aproximadamente R\$ 200 milhões por ano de ICMS. Só para entender o que isso representa, esse recurso que a FS bota no caixa do Estado, só com essa unidade de Sorriso, dá para custear a atividade educacional de 20 mil crianças”, disse o governador.

A ministra da Agricultura ressaltou a necessidade crescente de

energias limpas, como é o caso do etanol produzido em Mato Grosso, que é feito com o milho da segunda safra. O etanol mato-grossense é considerado melhor do que o etanol produzido nos Estados Unidos da América, pois tem a “menor pegada de carbono”.

“É um prazer enorme visitar Mato Grosso, ver a pujança, a vanguarda de vocês. Essa fábrica é um modelo do que nós precisamos de agregação de valor, mostrando que o milho, que antigamente

era um produto de baixíssimo valor, hoje é um produto que tem mercado firme, não só para alimentação, mas para esse combustível limpo”, disse a ministra.

De acordo com o CEO da FS Bioenergia, Rafael Abud, a usina tem capacidade de produção de 2,6 milhões de litros de etanol diariamente e quase um bilhão de litros anualmente. A empresa gera, somente em Sorriso, 200 empregos diretos, e pretende instalar outras usinas MT, sendo

nos municípios de Primavera do Leste, Campo Novo do Parecis, Quêrência e Nova Mutum.

“O investimento foi de aproximadamente R\$ 2 bilhões para construção dessa indústria e um retorno espetacular para o Estado, não só via tributação, mas via toda movimentação econômica”, destacou Abud. Ele ainda destacou que o milho antes saía do Estado sem contribuir com o ICMS e que agora o produto tem valor agregado e contribui com o Estado.

ACHADOS DA CPI

Garimpo lava dinheiro do tráfico

Da redação

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a Renúncia e Sonegação Fiscal em Mato Grosso, o deputado estadual Wilson Santos (PSDB) afirmou que a atividade de garimpeira em Mato Grosso apresenta indícios de que está sendo utilizada para lavagem de dinheiro sujo de alguns esquemas de políticos e até mesmo para o narcotráfico.

Segundo o parlamentar, o garimpo é a atividade econômica que menos paga impostos no país, pagando 1% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no ouro e 1,5% de taxa de compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM).

“Depoimento aqui nessa casa do mineador Filadelfo Dias, de que 45 toneladas de ouro saíram da Serra do Caldeirão em Pontes e Lacerda para a Bolí-

via sem pagar nenhum imposto ao Brasil. Toda semana vocês noticiam as irregularidades no setor do ouro e diamantes, um setor que corre solto [...] Então essa atividade tem sido sim, e vai para o nosso relatório, utilizada para lavagens de recursos do narcotráfico e por alguns setores do dinheiro sujo da política”, disse Wilson.

Wilson também argumentou que o Estado, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e a União, por meio da Agência Nacional de Mineração, não conseguem fiscalizar nem as atividades garimpeiras legalizadas, muito menos as centenas de garimpos ilegais espalhados em Mato Grosso.

O parlamentar explicou que o relatório sobre os depoimentos está sendo feito pelo deputado estadual Nininho (PSD) e que o próximo passo da comissão será apurar o setor de frigoríficos e do agronegócio.

EXPLORAÇÃO - Wilson, que também é presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), detalhou que tem travado um projeto do deputado estadual Carlos Avallo (PSDB) que permite a mineração em áreas de reserva legal, porque surgiram recentemente denúncias e até documentos mostrando a inconstitucionalidade do projeto.

Eduardo Botelho (DEM) também comentou sobre o projeto do colega e vai esperar entrar em votação para estudá-lo melhor.

“A princípio ela é apenas para área de calcário, onde tem morros de calcários que não servem para nada mesmo e isso não atrapalha nada o meio-ambiente, mas para a exploração de ouro, de outro tipo eu particularmente não aprovaria, porque acho que é andar na contramão. Se não for só o calcário eu vou contra”, explicou Botelho.

PRESERVAÇÃO

Max Russi tenta ampliar recursos contra queimadas

Da redação

Tramita na Assembleia Legislativa matéria que prevê a destinação de recursos ao combate de incêndios florestais e aos desastres naturais por meio de ações de prevenção e monitoramento ambiental.

O substitutivo integral ao Projeto de Lei Complementar nº 66/2020, proposto pelo presidente da ALMT, deputado Max Russi (PSB), também destina 2% do montante arrecadado ao Fundo Previdenciário do Estado de Mato Grosso.

Max Russi argumenta que a Constituição Federal prevê, em seu artigo 225, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

“É uma norma constitucional. Vivemos em um estado que preserva muito e precisamos po-

tencializar a importância dessas ações de preservação”, defendeu.

O presidente da Assembleia lembra ainda que, ao longo do ano de 2020, Mato Grosso sofreu, com alterações climáticas e práticas indevidas, a tragédia de incêndios que comprometeram o bioma do Pantanal e, ainda, outros locais.

“Essa é uma forma de ajudar a resolver porque o nosso estado tem todos os elementos para isso, sejam intelectuais, técnicos e científicos. Precisamos fortalecer a garantia de recursos e da estabilidade das instituições”, complementou.

ESTATUTO DO PANTANAL - Max Russi lembrou ainda que entre os dias 10 e 12 de novembro, a Assembleia Legislativa vai realizar uma conferência estadual para debater o Estatuto do Pantanal. A intenção é subsidiar a elaboração de um documento que contenha

estratégias e ações a serem desenvolvidas pelos órgãos públicos e comunidade civil organizada a fim de inibir ocorrências de novos desastres ambientais e preservar o Pantanal mato-grossense e sul-matogrossense.

Além do Legislativo, o projeto conta com a participação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

“Esse é um grande evento, que coloca em discussão uma pauta importante, assim com a falta de água, queimadas. É um assunto importante para o pantanal, o patrimônio de nosso Estado, que precisa de uma atenção especial, precisa ter legislações fortalecidas. Nós precisamos avançar”, avalia.

INDICAÇÕES NO ORÇAMENTO

Deputados reclamam de 'lerdeza' para liberação de recursos e querem acabar com percentuais impositivos, mas ainda há discordâncias

AL quer 'flexibilizar' emendas

Gilberto Leite



Da redação

Os deputados estaduais de Mato Grosso apresentaram uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que desobriga os parlamentares a deslocar emendas constitucionais impositivas para determinadas secretarias. Em conversa com jornalistas Wilson Santos (PSDB) disse que a proposta dará mais autonomia aos deputados.

A matéria foi submetida a votação na terça-feira (26) e aprovada em primeira, já com cinco substitutivos integrais - que alteram toda a redação do projeto. O texto aprovado está de acordo com o substitutivo nº 4.

Atualmente, parte das emendas dos de-

putados estaduais são obrigatoriamente destinadas para investimentos em Educação, Saúde, Cultura e Esporte. A proposta inicial da PEC buscava permitir o remanejamento desses valores livremente em situações de calamidade pública ou emergência, com o objetivo de facilitar o combate ao problema em questão.

O substitutivo integral nº 4 ampliou essa 'flexibilização', permitindo que as emendas também sejam destinadas integralmente para a Saúde e Assistência Social.

"Aqui você tem algumas secretarias que não pagam rigorosamente as emendas parlamentares. Nós queremos colocar nossas emendas para que cheguem lá na ponta, para quem atende a população. Aquelas secretarias que tenham histórico de pagamento, histórico de respeito e que compreendam o papel do parlamentar", avaliou.

Defensor do texto original da PEC, Wilson Santos explica que

o modelo atual de destinação das emendas parlamentares acaba gerando perdas nos recursos destinados pelos deputados, já que algumas secretarias não conseguem cumprir os repasses.

"Historicamente há perdas enormes nessas secretarias e os deputados, cansados dessas perdas, resolveram apresentar uma PEC que dá autonomia ao deputado que se ele quiser colocar 100% na cultura ele coloca, 100% em obras e serviços, área de ciência e tecnologia... ele coloca onde quiser", explicou o tucano.

Sem citar nomes, Wilson disse que algumas secretarias não possuem pessoas qualificadas para fazer um estudo, analisar o projeto e dar velocidade nele.

"Tem algumas dessas secretarias que, talvez, não tenham pessoal qualificado, não haja boa vontade do gestor chefe. As emendas vão para essas pastas e nem sempre são pagas, uma burocracia, um complexo de exigências e o deputado



Wilson aponta que atraso no pagamento de emendas tem causado a perda dos recursos e defende PEC que 'flexibiliza' percentuais

fica desmoralizado na base, porque ele anuncia no seu município que vai atender com a emenda e aí quando chega na secretaria, não há o cumprimento", pontuou.

Mas até a aprovação do texto final, muita coisa ainda pode mudar no texto da PEC das

Emendas. Na sessão desta terça, o deputado estadual Waldir Barranco (PT) apresentou um novo substitutivo integral, de nº 5, que limita a parcela das emendas parlamentares que podem ser aplicadas livremente. Conforme o texto do substitutivo

nº 5, só 45% dos recursos podem ser aplicados livremente. Os 55% restantes devem ser obrigatoriamente investidos nos seguintes setores: Educação (25%), Saúde (15%), Esporte (6,5%), Cultura (6,5%) e Assistência Social (2%).

OPERAÇÃO CUPINCHA

A Polícia Federal prende ex-secretário por desvios na Saúde

Da redação

A Polícia Federal deflagrou nas primeiras horas de quinta-feira (28) a Operação Cupincha, um desdobramento da Operação Curare, que aconteceu em julho deste ano e apura irregularidades em contratos na Saúde. Os policiais cumpriram três mandados de prisão e realizaram buscas e apreensões em vários locais.

O ex-secretário de Saúde de Cuiabá, Célio Rodrigues, foi preso e o empresário Paulo Roberto de Souza Jamur foi detido em Curitiba. O terceiro suspeito estava foragido até o fechamento desta matéria.

Em entrevista coletiva, o delegado federal Charles Motta, que responde pela área especializada de combate à corrupção, revelou que a Cervejaria Cuyabana - um dos alvos de buscas - pode ter sido comprada com recursos desviados pelo grupo.

"Essa é uma das hipóteses, que o dinheiro empregado na aquisição da cervejaria pode ter sido objeto de desvio de recursos públicos, não necessariamente do

município de Cuiabá, mas outros e são esses elementos que tudo indica", declarou o delegado.

Nas investigações, a Polícia Federal identificou que Célio Rodrigues é sócio de Paulo Roberto Jamur. Segundo o delegado, a dupla tinha um esquema de desvio de recursos públicos em duas vertentes, sendo a primeira chamada de "quarteirização" e a segunda por meio de transferências suspeitas para empresas privadas.

"Há duas vertentes [para o desvio de recursos], de quarteirização do município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Saúde Pública e Empresa Cuiabana de Saúde, que contratam empresas para realizarem serviços, e as terceirizadas contratam outras empresas. Isso foi um dos mecanismos para desvio de recursos, além de transferências suspeitas para empresas de turismo, empresas de consultorias que devem ser investigadas, mas também com um potencial de desvio de recursos que deveriam ser empregadas na Saúde Pública", disse.

De acordo com a PF, entre os anos de 2019 e 2021, a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá repassou mais de R\$ 100 milhões para as empresas investigadas na Operação Curare. Parte desses recursos foram destinados pelo governo federal para utilização no combate à pandemia.

Conforme o delegado, o desvio de recursos do combate à pandemia foi realizado por meio da contratação de empresas que prestavam serviços para a Prefeitura de Cuiabá em leitos de enfermaria, UTIs para covid.

Célio, que chegou no 'camburão' da Polícia Federal, levou consigo o diploma de ensino superior. Após ser ouvido pelo delegado, o ex-secretário deverá responder pelos crimes de corrupção ativa/passiva e lavagem de dinheiro.

OUTRO LADO - Por meio de nota, a Prefeitura de Cuiabá ressaltou que não foi alvo de buscas. Já o delegado Charles Motta ressaltou, durante entrevista coletiva, que o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) não é investigado na operação.

UNIÃO BRASIL

Júlio detona novo partido e cogita deixar legenda

Da redação

O ex-governador Júlio Campos (DEM) criticou a fusão do seu partido com o PSL, que deu origem ao União Brasil. Ele acusa o presidente nacional do Democratas, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto (ACM Neto), de não ter consultado os filiados.

De acordo com Júlio, que é um dos fundadores do DEM, a decisão de ACM foi apenas decidida com a cúpula da direção nacional, e que tal medida, pode fazer com que a sigla já nasça dividida.

"Foi um erro grave do ACM Neto tomar essa decisão por conta própria sem ouvir as bases. Nunca telefonou ou mandou um comunicado para consultar nós, os fundadores do DEM, para saber se concordavam ou não com essa filiação. Foi um gesto pessoal do presidente do partido com a sua cúpula que de última hora já comunicou que estava fundindo e isso é coisa malfeita que pode não dar certo", disse o democrata.

Júlio ainda disse que não sabe se ficará no partido e não se filiou no União

Brasil. Na visão de Júlio, as desfiliações serão naturais, já que o DEM tinha uma filosofia, o PSL outra filosofia que defendia o presidente Bolsonaro, enquanto ele acredita que seja necessária uma terceira via.

O experiente político foi consultado para assumir a presidência estadual do novo partido, mas inicialmente, Júlio descartou essa possibilidade.

"Eu já dei a minha contribuição no PDS, no PFL, no DEM e, a hora do União Brasil que é um partido novo fruto da fusão do Democratas com o PSL, acho que dá para compor um quadro novo, diferente, com alguém que pudesse agregar, mas se não tiver outra pessoa pode ser que eu possa cumprir ainda essa missão, mas não está em meu plano nenhum cargo neste momento", explicou.

Por fim, Júlio disse que, anteriormente no DEM, era pré-candidato a deputado estadual, mas agora com essa fusão, o quadro político mudou e ele não sabe se concorrerá a algum cargo em 2022.

REEMPOSSADO

Sérgio Ricardo foi reintegrado ao Tribunal de Contas

Gabriel Soares

Após quase cinco anos afastado de suas funções, o conselheiro Sérgio Ricardo foi reintegrado ao Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). O jurídico do TCE fez uma consulta à Justiça para saber se ainda restava algum impedimento à posse de Sérgio Ricardo e recebeu resposta negativa, autorizando o retorno do conselheiro.

A posse de Sérgio Ricardo aconteceu em uma cerimônia reservada na Presidência do Tribunal, por volta das 16h, sem a presença de imprensa ou convidados.

Sérgio Ricardo é o último a retornar ao cargo entre os cinco conselheiros afastados durante a Operação Malebolge, a 12ª fase da Operação Ararath. O inquérito judicial investiga prática de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa,

gestão fraudulenta de instituição financeira e crimes contra a ordem tributária.

Na última quinta-feira (21), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu decisão favorável para o retorno de Sérgio Ricardo. A decisão foi proferida pelo ministro Mauro Campbell Marques.

O CASO - Sérgio Ricardo foi afastado do cargo em janeiro de 2017, pelo juiz Luís Aparício Bortolussi Júnior,

da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular de Cuiabá. Ele é suspeito de ter operado um esquema para comprar sua vaga no Tribunal de Contas, pagando cerca de R\$ 8 milhões para que o então conselheiro Alencar Soares Filho pedisse aposentadoria do cargo.

Segundo a denúncia do Ministério Público, a vaga teria sido paga com dinheiro público, desviado por meio de uma série de esquemas de

fraude que teriam como operador o empresário Júnior Mendonça, dono de uma factoring. O empresário firmou acordo de delação premiada, que serviu como base para as investigações da Operação Ararath, da Polícia Federal.

Posteriormente, o ex-governador Silval Barbosa também firmou acordo de colaboração premiada, confirmando a compra da vaga de Sérgio Ricardo. Silval também acusou

os conselheiros do TCE de cobrarem R\$ 53 milhões em propina para 'fazer vistas grossas' na fiscalização das obras da Copa do Mundo em Cuiabá, além de aprovar as contas de sua gestão.

Em setembro de 2017, a PF deflagrou a Operação Malebolge, 12ª fase da Ararath, que resultou no afastamento de cinco conselheiros do TCE: Antonio Joaquim, José Carlos Novelli, Valter Albano, Waldir Teis e Sérgio Ricardo.

SER FAMÍLIA HABITAÇÃO

Governo busca aval da Assembleia para criar programa que irá construir 20 mil residências, atendendo famílias que recebem até 7 salários

Casas populares voltam à pauta

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Da redação

Está em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso uma mensagem do governo do Estado para criar o programa Ser Família Habitação, com o objetivo de fomentar a construção e a aquisição de unidades habitacionais de imóveis urbanos, principalmente para famílias de baixa renda.

De acordo com a mensagem do governador Mauro Mendes (DEM), famílias com renda de até sete salários mínimos (R\$ 7,7 mil) terão

direito a concorrer às casas, mas a prioridade fica para famílias que recebem até quatro salários mínimos, cerca de R\$ 4,4 mil.

Também será dada prioridade para acesso ao programa às pessoas com deficiência, idosos, mulheres vítimas de violência doméstica e servidores públicos, ativos e aposentados.

“O referido projeto objetiva, precipuamente, fomentar a produção e a aquisição de unidades habitacionais de imóveis urbanos, sobretudo, pelas famílias de baixa renda, de modo a promover o direito à moradia, ao desenvolvimento econômico, à geração de emprego e de renda, bem como à qualidade de vida da população urbana nos municípios do Estado de Mato Grosso”, diz parte do documento.

O governador argumenta que o Ser Família

Habitação é uma forma de viabilizar à população de baixa renda o acesso à moradia adequada e regular, bem como aos serviços públicos, de modo a reduzir a desigualdade social. Para isso, o Estado pretende disponibilizar cerca de 20 mil unidades habitacionais, número que pode chegar a 40 mil casas, que poderão ser ampliadas se houver disponibilidade financeira do Estado.

Favorável à aprovação do projeto, o deputado estadual Eduardo Botelho (DEM) destaca que existe uma demanda reprimida em relação a casas populares e que há muitos anos o governo federal não faz um programa que atenda às necessidades das famílias matogrossenses.

“Esse programa do governo de construir até 20 mil casas aqui dentro



Segundo Botelho, Mato Grosso tem uma demanda reprimida de 150 mil casas populares

do estado, com certeza, é um programa que vai ativar o mercado imobiliário e, sobretudo, gerar emprego, algo que nós estamos precisando. A construção civil é

o maior empregador que existe nas áreas urbanas”, destacou.

Segundo Botelho, um levantamento realizado pelo Estado aponta que a demanda por casas po-

pulares passa de 150 mil unidades. Ele garante que, por hora, o governo já tem garantidos os recursos necessários para construir as 20 mil casas previstas no projeto.

BIÊNIO 22/23

José Novelli será aclamado presidente do TCE no dia 3

Da redação

O conselheiro José Carlos Novelli será oficializado presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) na terça-feira (3) durante a 30ª sessão na Corte de Contas. Além de apontar o novo presidente, o encontro virtual irá definir a nova composição da Mesa Diretora da Corte de Contas para o biênio 2022/2023.

Novelli foi o único conselheiro que se candidatou à presidência. Ao ter o nome aprovado de forma unânime, ele agradeceu os demais conselheiros e fez elogios ao trabalho desenvolvido pelo atual presidente, Guilherme Maluf.

“Estou disposto a prestar mais uma vez este serviço ao Tribunal. Agradeço a todos os meus

colegas conselheiros que confiaram em mim. Que Deus me abençoe abundantemente e me dê sabedoria para que eu possa fazer o trabalho que o Tribunal merece e que a sociedade espera de todos nós”, afirmou Novelli.

“Todos os programas estão sendo implementados com muito sucesso pelo presidente, então, uma das coisas que quero fazer é manter o planejamento estratégico. Quero que muitos dos projetos que ele está implementando, tenham continuidade”, completou.

Além da eleição, a pauta da 30ª sessão ordinária conta com 42 processos, conforme publicação no Diário Oficial de Contas (DOC) de 25 de outubro. Estão previstos julgamentos de contas de governo referentes ao exercício de 2020, homo-

logação de medida cautelar, tomadas de contas ordinárias e especiais, auditoria, representações de natureza interna e externa e recursos.

HISTÓRICO - Novelli completou recentemente 20 anos de posse no TCE-MT. Já foi presidente por dois mandatos, vice-presidente e corregedor-geral e atualmente é supervisor da Escola Superior de Contas. O conselheiro foi o responsável pela implementação do Programa Consciência Cidadã, pelo início das transmissões on-line das sessões plenárias, pela criação do Sistema Aplic e implantação do Portal Transparência. Entre os feitos como presidente, destaca-se a abertura do concurso público para procurador de contas e auditor substituto de conselheiro.

CONTRATO EM CADUCIDADE

Max Russi quer impedir Rota do Oeste de cobrar pedágios

Da redação

O deputado estadual Max Russi (PSB), presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, depende de somente mais uma assinatura para abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a não duplicação da BR-163, entre Cuiabá e Sinop, pela Rota do Oeste, concessionária responsável pela via desde 2014.

O requerimento apresentado por Max tem 15 assinaturas de deputados, mas para abrir a CPI é necessário apoio de dois terços dos parlamentares, 16 assinaturas.

A Rota do Oeste teve contrato firmado com o governo federal para adotar a via e deveria

realizar a duplicação até 2019, mas até o momento nenhuma obra de duplicação foi realizada nesse trecho. Por outro lado, a empresa segue cobrando pedágio dos motoristas e arrecada cerca de meio bilhão de reais por ano.

“Estamos com 15 assinaturas, vou conversar com mais alguns deputados e, tendo as 16 assinaturas, nós vamos apresentar para que possa ser apreciado pelo plenário”, disse Max.

O objetivo da Assembleia Legislativa é obrigar a empresa a parar de cobrar pedágio, já que nenhuma obra está sendo feita e também não há previsão de ser realizada na rodovia federal.

“Se não vai executar a obra, se vai fazer outro processo, então para

de se cobrar o pedágio pelo menos. Eu acho que é um roubo que estão fazendo com o cidadão, com o motorista, com o caminhoneiro em cobrar esse pedágio sem o serviço”, afirmou.

Na última semana, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou o processo de caducidade do contrato de concessão. A Rota ainda chegou a apresentar um “Plano de Cura” à ANTT, mas a Agência entendeu que os “serviços prestados pela CRO eram inadequados e ineficientes, bem como foram verificados diversos descumprimentos de cláusulas contratuais e parâmetros técnicos e de desempenho previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER)”.

R\$ 4,5 MILHÕES

Assembleia Legislativa autoriza doação a times de MT

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou nesta terça-feira (26) o projeto “Mato Grosso Série A”, que visa fomentar clubes de futebol que estejam competindo a Série A e B do Campeonato Brasileiro. Apenas o deputado Lúdio Cabral (PT) votou contra a aprovação da matéria.

Proposto pelo Poder Executivo, o projeto tem como finalidade incentivar a profissionalização de equipes de futebol, além de promover meios para que as equipes se mantenham em meio ‘elite’ do futebol. Para isso, serão destinados R\$ 4,5 milhões aos clubes.

O texto aprovado pela Assembleia prevê que R\$ 3,5 milhões serão destinados aos clubes na Série A e R\$ 1 milhão ficará para os clubes na Série B. Como Mato Grosso não tem times disputando

a Série B do Brasileiro, os deputados alteraram a redação para permitir que esse valor seja repassado a clubes nas séries C e D.

Crítico do projeto, Lúdio ressaltou que o Cuiabá é um clube-empresa e que subiu para a elite do futebol sem nunca ter dependido de um real de incentivo do Estado. Ele afirma que os R\$ 4,5 milhões que o Estado quer investir em times de futebol deveriam ser aplicados na Saúde e Educação, que são obrigações do Estado.

“Esse projeto traz insegurança jurídica, porque há projetos de vários tribunais de contas do país contrários a esse tipo de patrocínio, porque vai contra os princípios da administração pública. O Cuiabá é um clube privado e não poderia receber esse tipo de patrocínio com dinheiro público”, afirmou.

Entusiasta do futebol matogrossense, o deputado Wilson Santos (PSDB) defendeu o esporte como uma fonte de renda e que ressaltou que a presença do Cuiabá na primeira divisão tem ajudado a divulgar o nome das cidades e do estado de Mato Grosso, atraindo turistas.

“Concordo plenamente. O futebol é um gerador de renda e de emprego, e ocupa a ‘chamada mídia espontânea’, que divulga o nome da cidade e do estado. O governo está correto quando também investe no futebol profissional”, disse Wilson, ressaltando que o Estado tem ampliado investimentos em Assistência Social e Saúde, para rebater os argumentos de Lúdio.

O projeto ainda será submetido a uma segunda votação antes de ser encaminhado para sanção do governador Mauro Mendes (DEM).



Max Russi afirmou, durante a semana, que irá entrar com processo para impedir cobrança de pedágio durante a caducidade

NOVO DECRETO

Medidas de biossegurança deverão ser respeitadas continuam sendo obrigatórias, como uso de máscaras e higienização

Cuiabá acaba com restrições

Gilberto Leite



Da redação

O toque de recolher, que funcionava de segunda a domingo, das 2h às 5h da manhã, não vale mais em Cuiabá. A Prefeitura editou na quarta-feira (27) o decreto nº 8.717, revogando artigos específicos do decreto nº 8.430, de maio de 2021, e liberando o funcionamento de diversas atividades econômicas sem limitação de dia ou horário.

A partir de agora, bares, restaurantes, distribuidoras de bebidas, supermercados e conveniências localizadas em postos de combustíveis podem funcionar 24h por dia. Além disso, eventos sociais, empresariais e corporativos, leilões, cinemas, museus e teatros, também são contemplados na nova medida.

"Nossa gestão tem seguido continuamente as orientações dos profissionais da saúde, mas sem deixar de ouvir também a população, os segmentos econômicos e todos aqueles que nos ajudam a construir Cuiabá. O setor econômico foi extremamente afetado pela pandemia e, sempre que o cenário permitir, tomaremos decisões para ajudar na sua recuperação", explica o prefeito em exercício José Roberto Stopa (PV).

O novo decreto, porém, estabelece que todas as medidas de biossegurança deverão ser respeitadas. Entre elas, a limitação de 80% da capacidade máxima do local, disponibilização de álcool 70% ou produtos similares para higienização. O uso de máscara por funcionários e usuários dos estabelecimentos comerciais também foram mantidas.

Segundo Leovaldo Sales, secretário de Ordem Pública do Município, as fiscalizações irão continuar para que a população e os próprios trabalhadores desses estabelecimentos continuem seguindo as medidas de biossegu-

rança previstas como o distanciamento de mesas, o uso de máscara, além capacidade de 80% em locais como restaurantes, bares e casas de shows com 50% da capacidade máxima do estabelecimento.

Ainda, a fiscalização vai verificar a regularidade do estabelecimento com relação ao alvará de funcionamento. "Vamos continuar fiscalizando a regularidade dos estabelecimentos, se este possui alvará e principalmente focando nas vigências do decreto. Queremos ter nesse período um normalidade a melhor relação possível assim como tivemos até agora, na esperança que essa normalidade venha o mais rápido possível", pontuou Sales.

O secretário informa que o Disque-denúncia continuará ativo para recebimento de denúncias em horário comercial. "O telefone do disque-denúncia é o (65) 3616-9614, de segunda à sexta em horário comercial. No período noturno, finais de semana e feriados, o contato é direto com as equipes do Centro Integrado de Operações de Seguran-



As limitações de dia ou horários para funcionamento não estão mais em vigor na Capital

ça Pública (CIOSP) pelo telefone 190", disse. As denúncias podem ser feitas de forma anônima ou identificada.

IMUNIZAÇÃO - As novas medidas foram anunciadas apesar de menos da metade da população alvo (561.192), 47,2% estarem imunizadas com as duas doses ou dose única. Entre aqueles que receberam a

primeira dose, cerca de 65% receberam a 2ª.

A maior cobertura vacinal (2ª dose/dose única) em residentes em Cuiabá foi observada nas idades mais avançadas, indicando imunização de mais de 90% da população idosa (60 anos e mais).

Já a taxa de transmissão do vírus nas últimas semanas foi

estimada em 0,85, mantendo a tendência menor do que 1,0 desde o início de setembro. Os dados constam no Informe Epidemiológico de 2021 divulgados nesta quarta-feira (27) pela Prefeitura de Cuiabá. A edição leva em consideração os casos registrados de 14 de março de 2020 até 23 de outubro de 2021.

ÔNUS AOS MUNICÍPIOS

MP quer suspender decreto que transfere o Ensino Fundamental

Da redação

Após causar ondas de protesto em várias cidades de Mato Grosso, a transferência de responsabilidade do ensino fundamental para os municípios está sendo questionada pela Justiça. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) requerendo, em pedido de liminar, a suspensão dos efeitos do artigo 3º do decreto estadual nº 723/2020 foi proposta por José Antônio Borges Pereira, procurador-geral da Justiça em Mato Grosso. Pelo decreto, o estado ficará responsável pelos estudantes do 6º ao 9º ano, repassando aos municípios a gestão das escolas que atendem alunos do 1º ao 5º ano.

A ação foi proposta na última quarta-feira (27), sob o argumento de que o referido artigo viola competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional e também incorre em grave ofensa ao regime de colaboração entre os entes federativos na oferta da educação, ao princípio constitucional do pacto federativo e harmonia entre os entes federativos.

O decreto apresenta um cronograma que estabelece que o atendimento aos anos iniciais do Ensino Fundamental será gradativamente transferido aos municípios a partir de 2021. Conforme o cronograma, em 2021 vagas o Estado passa a ser responsável apenas pelas turmas a partir de 2º ano. Já em 2023, seriam ofertadas vagas a partir

do 3º ano na rede estadual; em 2025 a partir do 4º ano. Por fim, em 2027, o Estado fica responsável somente pelas vagas acima do 5º ano.

"O decreto em si não pode impor aos municípios que assumam o primeiro ao quinto ano, mas é uma política em construção com os municípios, que não se opuserem", apontou Valdeir Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT).

Em setembro, o Sintep se reuniu com o procurador-geral e o promotor de Justiça Miguel Shlessanrenko Júnior, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), para pedir a suspensão do decreto.

Na época, o sindicato alegou que o decreto foi editado sem prévia consulta pública e discussão com os profissionais da educação e a comunidade escolar. Também afirmaram que alguns municípios não terão condições financeiras e de pessoal para arcar com essa responsabilidade e que a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) não tem esclarecido de que forma apoiará os municípios no processo de transição.

Borges deixa claro que a ADIN não questiona o dever de os entes municipais atenderem à demanda do Ensino Fundamental, até porque, por força do regime de colaboração e de comandos da própria Constituição Federal, os

municípios devem atuar prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Esclarece, no entanto, que a atuação prioritária no Ensino Fundamental também é dever dos Estados e Distrito Federal.

"A transferência integral desse ônus aos Municípios do Estado de Mato Grosso malfeire o pacto federativo, o regime de colaboração que rege o sistema nacional de Ensino, sobrecarrega os Municípios mato-grossenses e, ao fim e ao cabo, precariza a qualidade e o alcance do Ensino Fundamental às crianças", enfatizou o procurador-geral de Justiça

FAKE NEWS - Quando o Estado anunciou a transferência das escolas, surgiram boatos de que as unidades seriam fechadas. O secretário de Estado de Educação, Alan Porto, chegou a dizer que tudo não passava de fake news por parte do Sintep de Várzea Grande. Ele também acusou o deputado Lúdio Cabral (PT) de "mentir descaradamente para a população e aterrorizar a comunidade escolar".

Na época, Alan garantiu que algumas unidades passariam para a administração municipal, mas que nenhuma seria fechada. "A nossa equipe na semana passada [esteve] em todas as unidades escolares e a gente está no processo de diálogo, isso que nós estamos falando, esse redimensionamento, ele começa a ser executado a partir de 2022, então estamos discutindo três meses antes", disse.

PARALISAÇÃO NACIONAL

Greve dos caminhoneiros pode "miar" por falta de apoio

Da redação

A segunda paralisação dos caminhoneiros, convocada por lideranças dos profissionais autônomos e celetistas, pode ficar enfraquecida. Diferente de 2018, o ato agendado para segunda-feira, 1º de novembro, não terá o apoio de setores econômicos e da sociedade.

O reajuste no preço do diesel, somado às falas do ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas e a ausência de soluções a curto prazo deram mais combustível para acender a greve nacional dos caminhoneiros. Às vésperas do dia agendado para a mobilização, setores que participaram do 1º ato em 2018 divergem da decisão de uma segunda edição da greve.

Enquanto lideranças dos caminhoneiros autônomos alegam falta de propostas para "apaziguar" os ânimos dos motoristas e impedir a greve, setores como o agronegócio e o logístico dizem que não vão apoiar o ato.

"Em 2018, quando aconteceu a paralisação, ela teve o apoio das empresas transportadoras e dos produtores do agro. Elas também pediam redução do diesel, que é um custo importante para o produtor. Já esse ano é diferente. Eles [caminhoneiros] não têm nem apoio do agro e nem das transportadoras. Então, não sei qual será o êxito deles se eles seguirem com essa proposta de paralisação", avalia Edeon Vaz, diretor executivo do Movimento Pró Logística da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja).

Uma pesquisa realizada no dia 21 de outubro pela FreteBras, plataforma online de transporte de cargas, apontou que 59% dos caminhoneiros cadastrados apoiam a paralisação.

Em Mato Grosso, por outro lado, 53% afirmaram ser contra a paralisação. O estado ficou em terceiro, perdendo apenas para Mato Grosso do Sul (65%) e Goiás (54%) no montante de caminhoneiros que afirmaram não ter o menor interesse em participar.

CAMINHONEIROS ESTÃO DIVIDIDOS - O custo com diesel, que sofreu mais um aumento no último dia 26 de outubro, tem impacto direto no frete e na fonte de renda do caminhoneiro autônomo. Mas o problema é mais amplo. Neste período de entressafra e custos altos, quem atua em regiões produtoras em Mato Grosso "não quer saber de greve", afirma Edgar Laurini, representante dos caminhoneiros em Tangará da Serra.

"O custo não está só no diesel. Está nos pneus, na manutenção, nas oficinas, impostos, pedágios. Está inviável rodar e tem muita gente parando, ficando em casa", relata.

Apesar de o aumento do custo ser generalizado, lideranças dos autônomos e celetistas mantêm o 'estado de greve' e a ameaça de greve para início de novembro. "Não tem mais como aguentar. Estamos numa situação pior que 2018", afirmou o Wallace Landim, presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), nesta semana.

A convocação de greve teve como estopim a última alta no preço do diesel. O novo valor do diesel A gerou um aumento de R\$ 3,06 para R\$ 3,34 por litro. Um reflexo no reajuste médio de R\$ 0,28 por litro, segundo cálculos do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Mato Grosso (Sindipe-tróleio-MT). A alta no custo do combustível gera um efeito cascata e tem impacto imediato no frete.

Caso ocorra, a greve deve contar com o apoio dos funcionários de postos de combustíveis. Orientados pelos sindicatos, os frentistas já começam a organizar ações de acolhimento aos motoristas.

"Apoiamos a iniciativa porque ela é justa. A luta dos caminhoneiros vai de encontro a um anseio de toda a sociedade, incidindo sobre todo o consumo e encarece a vida de todo mundo. Vamos dar todo o apoio do ponto de vista de estrutura", comentou Eusébio Pinto Neto, presidente da Federação Nacional dos Frentistas (Fenepetro) e do Sindicato dos Frentistas do Rio de Janeiro (Sinpospetro-RJ).

AUXÍLIO DIESEL GERA INCÔMODO - Outro incômodo foi gerado na última quarta-feira (27), quando o ministro da Infraestrutura sugeriu que os caminhoneiros independentes precisavam se reinventar e procurar empregos em transportadoras. Antes da fala, na tentativa de apaziguar os ânimos, o governo federal anunciou a criação de um auxílio-diesel.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), em nota, repudiou a proposta de pagamento de R\$ 400 anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), durante evento em Pernambuco. O valor foi considerado um absurdo e insignificante pelos representantes.

"Ao invés de tratar a causa, quer tratar o efeito colateral dela. É preciso extirpar o mal dessa política errada da Petrobrás que começou no governo Temer e segue no governo Bolsonaro", disparou Carlos Alberto Litti Dahm, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL) e caminhoneiro autônomo.

CORRIDA PARA O ZERO

Programa prevê 12 medidas para zerar emissões de carbono até 2035, mais de uma década antes da meta mundial estabelecida na Cúpula do Clima

MT amplia compromisso ambiental

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Gabriel Soares

Mato Grosso deu o primeiro passo para atingir o objetivo de neutralizar as emissões de carbono, conforme estabelecido na mais recente Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU). O programa Carbono Neutro MT lançou as diretrizes para alcançar um equilíbrio entre emissões e remoções de gases do efeito estufa, por meio de 12 medidas.

O governo aderiu à campanha "Race to Zero" (Corrida para o Zero), das Nações Unidas, mas resolveu antecipar a meta mundial. Enquanto a ONU estabeleceu a neutralização das emissões de carbono até 2050, o governador Mauro Mendes (DEM) acredita que conseguirá cumprir até 2035. Segundo Mauro, isso é possível porque grande parte das medidas neutralizadoras de carbono já estão sendo efetuadas.

Para alcançar esse objetivo, serão adotadas as seguintes me-

didias: manutenção do ativo florestal do estado, manejo florestal sustentável, regularização fundiária, melhorias na gestão de áreas protegidas, reflorestamentos comerciais, restauração de florestas, redução do risco de incêndios, manejo sustentável para a produção agropecuária, proteção de vegetação secundária em áreas de desmatamento legal, recuperação de pastagens, integração lavoura-pecuária-floresta, e produção e consumo de biocombustíveis.

"É possível que Mato Grosso alcance a meta não por aquilo que nós vamos fazer, mas pelo que já estamos fazendo. Essa é a grande diferença. Não vamos começar agora a estruturar ações para a descarbonização da economia. Já existem ações que apresentamos, uma estratégia com 12 eixos, e a maioria deles já estão sendo trabalhados dentro de Mato Grosso", disse o governador.

Em coletiva de imprensa, Mauro afirmou que um dos diferenciais para que Mato Grosso alcance a meta é o fato de ter 62% do território preservado, o setor produtivo estar comprometido com as causas ambientais, os investimentos no combate ao desmatamento ilegal e incêndios florestais e,

ainda, o trabalho da estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI), que fomenta o desenvolvimento social e econômico através do uso sustentável da terra.

No final de semana, o governador deve viajar com sua equipe para participar da COP 26, a Cúpula do Clima que será realizada em Glasgow, na Escócia, entre os dias 31 de outubro e 12 de novembro. Aos líderes mundiais, Mauro irá apresentar o Programa Carbono Neutro MT e os resultados colhidos até agora com as ações que já estão em curso, na intenção de mostrar que a produção agropecuária de Mato Grosso é sustentável.

"Na Conferência do Clima vamos mostrar o quanto Mato Grosso faz a sua produção de forma sustentável. Vamos mostrar os nossos ativos, fazer um balanço positivo dos nossos esforços e da iniciativa privada para ter aqui uma das economias mais sustentáveis em termos de qualidade e quantidade", destacou.

As ações do programa serão ajustadas e revisadas constantemente para adequação às inovações tecnológicas e mudanças de conjuntura político-sociais. O decreto também institui o Comitê Gestor do Programa para monitorar os resultados.



Serão utilizados quatro selos para reconhecer o apoio ao programa Carbono Neutro

Selos vão certificar neutralidade

Para alcançar sucesso no Programa Carbono Neutro MT, o governo conta com apoio de entidades, empresas e pessoas comuns à campanha. Eles serão reconhecidos por meio de quatro categorias de selos de compromisso: podem ser financiadores, apoiadores, carbono 0% e compromissários.

Mato Grosso é o primeiro estado a criar uma certificação por meio de concessão de selos a compromissários.

"A adesão ao selo Carbono Neutro MT é importante para as instituições e empresas diante de um mercado, e consumidores, que têm cobrado cada vez mais que a cadeia produtiva esteja atrelada a compromissos de sustentabilidade", explica a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti.

Para receber o selo de financiador, a entidade deve destinar recursos financeiros às ações voltadas ao atingimento da meta de neutralização de emissões em Mato

Grosso. O selo de apoiador será destinado aos que realizam campanhas de apoio ao Programa.

O selo de compromisso será concedido às pessoas físicas ou jurídicas que assumirem o compromisso voluntário de atingir a neutralização de emissões até 2035, com meta intermediária de redução de 80% das emissões até 2030.

O selo de Carbono Neutro (Carbono 0%) é outorgado às pessoas físicas ou jurídicas que comprovarem o atingimento da meta de neutralização de emissões de gases de efeito estufa.

Será mantida uma lista pública com as metas e resultados alcançados, assim como os selos conferidos e a sua validade.

Já no ato de lançamento do programa, aderiram ao programa como apoiadores, que farão campanhas para disseminar as metas e os resultados, a Federação das Indústrias de Mato Grosso (FIEMT), a Federação da Agricultu-

ra e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famat), Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (Cipem), Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja-MT), Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão (AMPA), Instituto Mato-Grossense da Carne (Imac), União Nacional do Etanol de Milho (UNEM), e Ação Verde.

O presidente da Federação das Indústrias, Gustavo Oliveira, destacou a importância dessa iniciativa para Mato Grosso.

"A Indústrias não só apoiam a iniciativa, mas entendem que temos uma vocação natural pra ser uma indústria verde. Muitos setores, como a geração de energia elétrica e a de biocombustíveis, com o manejo sustentável, já oferecem soluções para descarbonização. Vamos ter que ampliar a escala e deixar claro para o mundo que as nossas alternativas são muito boas", concluiu.

AVANÇO DA INFORMALIDADE

Volta do emprego ocorre com menores salários

Da redação

Quase 3,4 milhões de brasileiros que estavam desempregados conseguiram uma ocupação no trimestre encerrado em agosto. A volta desse grupo ao mercado de trabalho fez com que o número de pessoas ocupadas chegasse a 90,2 milhões, ou seja, mais da metade de população em idade para trabalhar (50,9%) está empregada. Só que o retorno ao trabalho teve um custo adicional aos recém-ocupados: a qualidade das funções e os salários caíram.

Entre junho e agosto, o rendimento médio real dos trabalhadores caiu 4,3% frente ao trimestre encerrado em maio. Comparado ao mesmo período de 2020, a redução do rendimento médio dos trabalhadores chega a 10,2%, ficando em R\$ 2.489. Foram as maiores quedas percentuais da série histórica, segundo o IBGE.

"A queda no rendimento está mostrando que, embora haja um

maior número de pessoas ocupadas, nas diversas formas de inserção no mercado e em diversas atividades, essa população ocupada está sendo remunerada com rendimentos menores. A ocupação cresce, mas com rendimento do trabalho em queda", explica Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Os números do mercado de trabalho no Brasil fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), com dados do trimestre terminado em agosto. Os resultados foram publicados na quarta-feira (27).

A informalidade também tem superado recordes nesta pandemia de covid-19. Essa categoria de ocupação inclui trabalhadores sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores familiares auxiliares.

"Parte significativa da recuperação da ocupação deve-se ao avanço da informalidade. Em um ano, a população ocupada total expandiu em 8,5 milhões de pessoas, sendo que desse contingente 6 milhões eram trabalhadores informais", explica Beringuy.

"Embora tenha havido um crescimento bastante acentuado no período, o número de trabalhadores informais ainda se encontra abaixo do nível pré-pandemia e do máximo registrado no trimestre fechado em outubro de 2019, quando tínhamos 38,8 milhões de pessoas na informalidade", acrescenta.

Na comparação entre os levantamentos trimestrais, a taxa de desocupação (13,2%) caiu 1,4 ponto percentual ante o trimestre terminado em maio (14,6%). Hoje, a falta de trabalho atinge 13,7 milhões de brasileiros, o que significa que 1,1 milhão de pessoas retornaram ao mercado de trabalho desde maio.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

PROMOÇÕES À VISTA

Aumento de circulação de dinheiro no comércio é incentivado pela Black Friday, que deve ter um público muito maior que no ano passado

Mês tem alta intenção de compras



Da redação

Novembro, o penúltimo mês do ano, chega com boas perspectivas para o consumidor e comércio eletrônico. O dia da "queima dos estoques" já conhecido como Black Friday, no dia 26 de novembro, promete movimentar o comércio com um 'boom' de vendas devido às promoções.

Na segunda Black Friday da pandemia, cerca de 91% dos brasileiros disseram ter intenção de realizar alguma compra. Quantitativo bem maior que o previsto em 2020 (47%). Os dados são de uma pesquisa feita pela empresa Offerwise, realizadora de estudos de mercado na América Latina a pedido da empresa Facebook.

"O consumidor está mais digitalizado, aderindo a outras formas de comprar e usando novos meios de pagamento. O ambiente virtual já

faz parte do cotidiano de compras dele e as lojas on-line precisam desviar de todos esses erros para aproveitarem o potencial de vendas na Black Friday", alerta Alessandro Gil, diretor-executivo da Linx Digital.

Apesar de o evento ocorrer só na última semana de novembro, comerciantes e clientes com intenção de compras já começaram a planejar seus gastos com antecedência, para garantir as melhores condições.

"A cada ano que passa, mais cedo o varejista começa a se preparar para a Black Friday, uma data que vem batendo recordes de venda, principalmente no ambiente digital. Segundo a Ebit | Nielsen, ano passado as vendas totais das lojas on-line na data cresceram 25,1% em relação a 2019, ultrapassando R\$ 4 bilhões", destaca Linx, empresa brasileira especialista em tecnologia para o varejo.

Evitar os erros e garantir a efetivação das vendas é um dos motivos para a antecipação da preparação. Sendo o comércio eletrônico o principal canal de vendas, as empresas participantes investem em planejamento.



Pesquisa aponta que 91% dos consumidores pretende aproveitar as promoções da Black Friday neste ano

"É necessário conhecer seu segmento e seu público. É um grande erro não olhar o cenário de forma ampla e compreender o ecossistema de quem também trabalha nessa área, algo essencial para tomar notas e reproduzir estratégias certas", aponta Alessandro Gil, diretor-executivo da Linx Digital.

"Se o varejista tem uma loja on-line de eletrônicos, por exemplo, é preciso analisar o mercado, ver quais itens o

público mais busca, o que pretendem comprar na Black Friday. Planejamento é a chave e errar nesse ponto afeta o restante da operação", completa.

Quem se prepara pode começar a vender mais cedo. O período de compras na Black Friday no Brasil não é limitado a apenas um dia. Em algumas empresas, as ofertas começam com até uma semana de antecedência e têm menos concorrência.

"O segundo erro para ser evitado a todo custo para quem tem uma loja on-line é não manter o foco nos objetivos para a data e em como alcançá-los. Qual a meta de faturamento? Quantos visitantes precisam navegar no site para gerar as conversões necessárias? Afunilando as respostas para essas perguntas e desenvolvendo soluções, o ticket médio do negócio poderá crescer", afirma Alessandro.

A honestidade dos preços também tem seu peso. Experiências de Black Friday anteriores transformaram os brasileiros em pesquisadores assíduos, mais capazes de identificar se os preços são realmente promocionais.

Gestores da Linx citam a pesquisa da Offerwise para mostrar que o brasileiro age com cautela quando vê anúncios durante a Black Friday. Segundo o levantamento, 80% dos consumidores busca mais informações sobre o produto, 28% visita uma loja física para ver o produto e 41% coloca o item na lista de compras de uma loja on-line.

"Hoje em dia, não basta disparar anúncios de oferta apenas durante o dia da Black Friday. A data agora dura o mês todo, e o varejista precisa definir estratégias, como o uso de mídia paga e orgânica, lives com influenciadores ou especialistas e promoção de reviews de produtos em blogs do nicho - as opções são infinitas. Não é somente sobre trazer o consumidor para o seu site, e sim sobre como converter aquele clique em vendas, e posteriormente em fidelização", aconselha.

ALTOS E BAIXOS

Comércio de MT vive 'paradoxo'

Da redação

O comércio varejista de Cuiabá vive uma contradição na reta final de 2021. Enquanto observam que as expectativas econômicas do país não são tão boas, na prática, os empresários aumentaram seus investimentos. A proximidade de datas como Natal e Réveillon estão mantendo o otimismo do setor, já que há expectativa de melhora nas vendas.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) em Cuiabá ficou em 135,7 pontos no mês de outubro, contra 138,2 pontos no mês anterior (-1,8%), interrompendo uma sequência de quatro altas consecutivas. Apesar do resultado, os empresários do comércio estão otimistas, com pontuação acima de 100.

"Em termos de expectativas, acredita-se que as bases econômicas do país estão frágeis. Em contrapartida, na prática, o empresário está investindo mais e isso, sem dúvida, tem influência do período do Natal, que há o aumento do

consumo. O otimismo é grande, pois mesmo no ano passado, em plena pandemia, o varejo registrou aumento nas vendas", explica Maurício Munhoz, diretor de pesquisa do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT).

Desde setembro de 2020, "alguns indicadores que formam o Icec, como o que mede o 'Nível de Investimento das Empresas' continuam melhorando, indicando que, na prática, a economia está crescendo", explica Maurício Munhoz. Na variação mensal, este componente aumentou 3,4% e já soma 117,7 pontos. Se comparado com o mesmo período do ano passado, o aumento observado é de 25,4%.

Os empresários investem com consciência e cuidado. Com a inflação crescente e aumento dos juros, as expectativas de vendas após as festas de fim de ano são incertas.

"A inflação tira o poder de compra. Se a pessoa ganha mil reais neste mês, no outro ela conti-

nua com o mesmo salário, mas comprando menos, pois o preço do leite que antes era dez reais, agora ela paga R\$ 14. A inflação come o dinheiro e o medo dela fez com que o indicador caísse, ou seja, o fantasma da inflação e dos juros tem grande influência na vida das pessoas", pontua.

CONTRATAÇÕES - Mesmo com a confiança em queda, a contratação de funcionários temporários neste Natal deve atingir o melhor saldo dos últimos 10 anos. Levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra a expectativa de que 2.857 serão vagas abertas neste período de fim de ano.

O levantamento revela que a maior parte (45,3%) deve ser preenchida em estabelecimentos de hiper e supermercados, seguida das lojas de vestuário e calçados (16,6%) e de utilidades domésticas (13,9%). Demais segmentos do comércio correspondem a 24,1% das vagas que serão ofertadas no estado.



Congelamento do ICMS não impedirá novos aumentos nos combustíveis, alerta economista

PALIATIVO

ICMS dos combustíveis é congelado

Gabriel Soares

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) anunciou na sexta-feira (29) que irá congelar por 90 dias a tabela do "preço médio ponderado final" (PMPF), usada para calcular o valor do imposto estadual, o ICMS, que incide sobre os combustíveis. É uma tentativa de amenizar os aumentos constantes nos preços dos combustíveis, que têm causado revolta geral na população brasileira.

Segundo o governo, o congelamento da tabela PMPF é uma tentativa de segurar os valores dos combustíveis vigentes em 1º de novembro de 2021 até o final de janeiro de 2022.

A tabela PMPF é usada pelos governos estaduais para calcular o valor do imposto que incidirá sobre os combustíveis. No modelo atual, cada estado realiza uma sondagem de mercado a cada

15 dias, para apurar os preços dos combustíveis vendidos ao consumidor. O valor médio do mercado é publicado e passa a valer como referência para cobrança de ICMS.

Com o congelamento, aumentos anunciados pela Petrobras até janeiro não serão considerados para o cálculo dos impostos estaduais, mas continuarão valendo nas bombas. Ou seja: a medida não impedirá novos reajustes, apenas aliviará o impacto ao consumidor final.

Em conversa com o Estadão Mato Grosso, o economista Vivaldo Lopes afirmou que a medida não resolverá o problema do alto preço dos combustíveis, já que o ICMS não é o único fator que pesa na bomba.

"É como dar um analgésico para alguém que está com uma doença grave. É um paliativo, vai apenas retardar o reajuste no preço da bomba com a cobrança do ICMS.

[...] O que precisa mudar é a política de preços da Petrobras, que já aumentou 15 vezes o preço da gasolina em 2021, mais de um aumento por mês", avaliou.

Segundo Vivaldo, a revisão do cálculo da tabela PMPF é um pleito antigo do setor de combustíveis, que nunca foi atendido pelos secretários de Fazenda dos Estados nem do governo federal. No entanto, a medida ganhou força nos últimos dias devido à pressão popular diante dos altos preços dos combustíveis em todo o país, em especial a possível greve dos caminhoneiros, marcada para o dia 1º de novembro.

"Eles estão pressionados pela sociedade e também com essa ameaça da greve. Agora, se os caminhoneiros estão mesmo determinados, isso aí não vai aliviar nada. Não vai deixar de ter greve só por causa disso", afirma o economista.

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR